



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 5447/2017

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.16.000.001956/2017-60

ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

PROCURADOR OFICIANTE: CLAUDIO DREWES JOSÉ DE SIQUEIRA

RELATOR: JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ

MATÉRIA: Notícia de Fato instaurada a partir de manifestação ofertada perante a Sala de Atendimento ao Cidadão, comunicando suposto ocorrência do crime de racismo, previsto no art. 20 da Lei nº 7.716/1989. Segundo o noticiante, determinada pessoa atormenta o local de estudos da Biblioteca Central da Universidade de Brasília e ofende os frequentadores proferindo impropérios de cunho racista. Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32 – 2ª CCR). Não obstante o crime de racismo estar previsto e coibido em tratado/convenção internacional ratificado(a) pelo Brasil, não existe transnacionalidade na hipótese ora narrada (CF, art. 109, V). Inexistência de lesão direta a bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades. O fato de a conduta supostamente delituosa ter sido praticada nas dependências da biblioteca da Universidade de Brasília, que é autarquia federal, não determina, por si só, a competência da Justiça Federal. Inexistência de lesão direta a bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades. Carência de elementos de informação capazes de legitimar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação do declínio em favor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Não ocorrendo, com a infração penal, prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firma a competência da Justiça Federal, e, consequentemente, falece atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso. Inteligência do art. 109, inc. IV, da CF/1988.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, **HOMOLOGA O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES**, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo Procurador da República oficiante, à fl. 05.

Devolvam-se os autos à origem, com as homenagens de estilo, para remessa ao Ministério Público Estadual.

Brasília/DF, 06 de julho de 2017.

José Adonis Callou de Araújo Sá

Subprocurador-Geral da República

Titular – 2ª CCR/MPF

FL.